ORDINÁRIA

No dia 13 de junho de 2022, às 18h30min, estiveram nas dependências da Câmara Municipal os seguintes vereadores: **ADAIR ZILIO, ARIANE BALDASSO, CLEBER COHSUL, ENIO GROLLI, FELIPE XAVIER, JAIR PAULO SAUTHIER, LUCIANO BARONI, LUCILENE MARCHI, MAXIMINO FRANCISCO MALABARBAREGIANE CAVALLI CASAGRANDE E VALMOR DA ROCHA.** A Presidente, Lucilene Marchi, declarou aberto os trabalhos da presente sessão com a execução do Hino Nacional Brasileiro. **Hino Nacional. Julgamento do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2022:** conforme o disposto no artigo 29 do Código de Ética Parlamentar, Resolução nº 03, de 15 de agosto de 2014. O Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2022 foi instaurado pela Comissão de Ética Parlamentar após aprovação, na sessão ordinária do dia sete de março, da Representação por Conduta Atentatória ou Incompatível com o Decoro Parlamentar, proposta pela Vereadora Regiane Cavalli Casagrande contra o Vereador Adair Zilio, por sua fala na Tribuna do dia 21 de fevereiro. Iniciando o julgamento, a Presidente Lucilene Marchi, convida o advogado Marco Túlio de Oliveira Aguzzoli, procurador do representado, a sentar ao lado do vereador Adair Zilio. Dando seguimento ao julgamento, realiza-se a leitura do Relatório elaborado pela Comissão de Ética Parlamentar e da Denúncia encaminhada pela Mesa Diretora. O Relator da Comissão de Ética Parlamentar, vereador Felipe Xavier faz o uso da palavra bem como, os vereadores Valmor da Rocha, Regiane Cavalli Casagrande, Ariane Baldasso e Luciano Baroni. O advogado do vereador representado, Marco Túlio de Oliveira Aguzzoli faz uso da palavra para manifestação da defesa. Conforme previsão do §2º do inciso III, do artigo 29 do Código de Ética Parlamentar, procede-se com a votação nominal de acordo com o número de infrações articuladas na representação. A penalidade de advertência, com notificação ao partido político, conforme artigo 23 do Código de Ética Parlamentar, em função da infração prevista no inciso V do artigo 18 do Código de Ética Parlamentar, que determina como conduta que atenta contra o decoro parlamentar “*usar de expressões ofensivas, discriminatórias ou preconceituosas durante o uso da palavra ou no relacionamento com seus pares ou com o público durante os trabalhos*”, foi **aprovada com cinco votos favoráveis dos vereadores Enio Grolli, Felipe Xavier, Luciano Baroni, Maximino Francisco Malabarba e Regiane Cavalli Casagrande, tendo recebido quatro votos contrários dos vereadores Ariane Baldasso, Cleber Cohsul, Jair Paulo Sauthier e Valmor da Rocha e uma abstenção do vereador Adair Zilio.** A penalidade de suspensão das prerrogativas regimentais pelo prazo de 30 dias, conforme artigo 24 do Código de Ética Parlamentar em razão da infração prevista no inciso VI, do artigo 18 do Código de Ética Parlamentar, que determina como conduta que atenta contra o decoro parlamentar “*acusar Vereador, no curso de uma discussão, de fatos ou atos inverídicos, improcedentes ou descabidos de forma a ofender a honra ou comprometer a imagem deste*” foi **aprovada com seis votos favoráveis da Presidente Lucilene Marchi e dos vereadores Enio Grolli, Felipe Xavier, Luciano Baroni, Maximino F. Malabarba e Regiane Cavalli Casagrande, tendo recebido quatro votos contrários dos vereadores Ariane Baldasso, Cleber Cohsul, Jair Paulo Sauthier e Valmor da Rocha e uma abstenção do vereador Adair Zilio.** A Presidente Lucilene Marchi determina que o Vereador Adair Zilio deverá cumprir a penalidade de suspensão das prerrogativas regimentais, entre 13 de junho e 12 de julho e informa que a notificação de advertência será encaminhada ao Partido Progressista nos próximos dias. **Expediente: Ata nº 18/2022** – Sessão Ordinária do dia 30/05/2022. **Aprovada por unanimidade.** **Ata nº 21/2022** – Sessão Ordinária do dia 06/06/2022. **Discussão e votação na próxima Sessão.** **Informes da Presidência: Of. nº 534/2022/SMA** – Encaminhamento de Projetos de Lei. **Of. nº 535/2022/SMA** – Resposta Pedido de Informações nº 12/2022. **Of. nº 1.607/2022-Ministério do Desenvolvimento Regional** – Comunica a liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 54.000,00, referente ao cronograma de desembolso do processo nº 59052.009608/2022-51.

ORDINÁRIA

Indicação nº 71/2022 – Vereador Luciano Baroni – Que o Poder Executivo providencie a pavimentação do pequeno trecho da rua Gentil Ângelo Baldasso no bairro São Paulo, iniciando aos fundos do campo de futebol em direção ao loteamento ali existente. **Pequeno Expediente: Não há inscritos. Uso da tribuna: Não há inscritos. Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 53/2022** – Ratifica Termo de Convênio nº 21/10/064 celebrado entre o Município de Carlos Barbosa e o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria Estadual da Fazenda e a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS, para implementação do Programa de Integração Tributária - PIT. **Aprovado por unanimidade. Emenda nº 07/2022** – Emenda supressiva nº 01 ao Projeto de Lei nº 56/2022 – **Aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 56/2022** – Autoriza o Poder Executivo a contratar temporariamente e sob regime emergencial e de excepcional interesse público, 01 (um) enfermeiro, 01 (um) Técnico em Enfermagem e 01 (um) Auxiliar em Saúde Bucal. **Aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 57/2022** – Autoriza o Poder Executivo a contratar temporariamente e sob regime emergencial e de excepcional interesse público, 01 Nutricionista. **Aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 66/2022** – Autoriza abertura de Crédito Especial na Lei Orçamentária Anual de 2022, nº 3.925, de 14 de dezembro de 2021. **Baixa para as Comissões de Justiça e Redação e Fiscalização e Controle Orçamentário. Projeto de Lei nº 67/2022** – Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, para cessão de uso de imóvel para a Brigada Militar. **Baixa para as Comissões de Justiça e Redação e Fiscalização e Controle Orçamentário. Projeto de Lei nº 68/2022** – Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, com a interveniência do Instituto-Geral de Perícias e dá outras providências. **Baixa para as Comissões de Justiça e Redação e Fiscalização e Controle Orçamentário. Projeto de Lei nº 69/2022** – Autoriza o Poder Executivo a cooperar com o Instituto de Previdência Municipal de Carlos Barbosa, através da cedência de servidores públicos municipais e dá outras providências. **Baixa para as Comissões de Justiça e Redação e Fiscalização e Controle Orçamentário e Educação e Cultura. Emenda nº 08/2022** – Emenda supressiva nº 01 ao Projeto de Lei nº 54/2022 – **Baixa para a Comissão de Justiça e Redação. Projeto de Resolução nº 02/2022** – Altera dispositivo da Resolução nº 02, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências – **Baixa para a Comissão de Justiça e Redação. Pedido de Informações nº 16/2022** – Vereador Luciano Baroni – Com relação a programas para prevenção auxílio em situações envolvendo crianças e jovens em situação de autolesão (mutilação) e tentativas de suicídio, bem como a alteração de software implementado pela Secretaria da Saúde do Município. **Aprovado por unanimidade.** A Presidente, Lucilene Marchi, encerrou a sessão e convidou todos para acompanhar a próxima Sessão Ordinária, a ser realizada na segunda-feira, 20 de junho de 2022, às 18h30min, no Plenário Evaldo Loose da Câmara de Vereadores.